

# A REFORMA AGRÁRIA NO NOROESTE DO PARANÁ E O ASSENTAMENTO DE PARANACITY

ELPÍDIO SERRA\* e  
GESSILDA DA SILVA VIANA\*\*

**RESUMO:** Vencida a etapa da luta pela conquista da terra, os trabalhadores beneficiados são levados a decidir sobre a forma de explorar a terra conquistada para fins agrícolas, tendo que optar pela forma individual ou pela forma coletiva. No presente trabalho, objetiva-se evidenciar as vantagens e as desvantagens da exploração coletiva, tomando-se por referência o assentamento localizado no município de Paranacity, região Noroeste do Paraná.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária - conflitos rurais - assentamento coletivo.

## THE AGRICULTURAL REFORM IN THE NORTHWEST PARANÁ AND THE PARANACITY SETTLEMENT

**ABSTRACT:** Having the rural workers won the battle for the conquer of the land, they have to choose the best way to explore it agriculturally, opting by the forms: individually or collectively. This work intends to make clear all advantages and disadvantages that are found in the collective exploration, making reference to Paranacity city's local settlement, that is to the northwest Paraná.

**Key words:** Agricultural Reform - rural conflicts - collective rural settings.

## INTRODUÇÃO

A região Noroeste do Paraná, principalmente nas zonas de domínio do arenito Caiuá e particularmente nas zonas próximas à foz do rio Paranapanema, está se constituindo, e cada vez mais intensamente, em espaço de violência no campo, conseqüência de pelo menos três situações que se completam entre si: a excessiva concentração da posse da terra, a existência de dúvidas quanto à legitimidade jurídica no acesso à terra por parte de alguns grandes "proprietários" e a predominância de áreas improdutivas. A partir de tais situações, a região passou a ser alvo de conflitos rurais, desencadeados através de sucessivas ocupações de terra por parte de militantes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, tendo, na contra-ofensiva a reação dos fazendeiros apoiados por milícias particulares. Paralelamente, tornou-se também alvo do maior volume de assentamentos rurais do Paraná, produto das iniciativas que o INCRA é levado a tomar para dirimir os conflitos pela via da desapropriação de terras.

Estudar todo esse emaranhado de relações, envolvendo os conflitos, suas causas e seus interesses embutidos e em seqüência seu desdobramento em termos da concretização de projetos de Reforma Agrária no Paraná, faz parte de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, intitulado "Realidade Agrária Norte Paranaense: transformações recentes e novas perspectivas". O que se pretende no presente trabalho é submeter para análise e reflexão acadêmica, um pequeno item dessa parte do projeto

\* Professor Vinculado ao Departamento de Geografia da UEM.

\*\* Acadêmica de Graduação do Curso de Geografia da UEM.

maior, envolvendo um produto privilegiado da luta pela terra agrícola na região Noroeste: o assentamento rural de Paranacity. Em outros termos: através do estudo de um assentamento rural, o objetivo é apresentar uma amostra do resultado da luta pela terra na região representada por um assentamento que está produzindo bons resultados.

Antes, porém, de enfocar o assentamento em si, se procurará estabelecer algumas considerações em torno das duas opções que os trabalhadores têm quando conquistam, ou reconquistam, a posse da terra: a opção pela exploração individual em que a área é subdividida em parcelas e distribuídas individualmente entre os beneficiários e a opção coletiva, em que não há compartimentação da área e o trabalho, bem como seus resultados financeiros, são distribuídos entre os associados de uma cooperativa, ou associação, constituída pelos próprios assentados.

## ASSENTAMENTO INDIVIDUAL OU COLETIVO ?

A terra está conquistada e compete aos trabalhadores beneficiados optar pela forma como o assentamento será implantado, ou seja, pela forma individual ou pela forma coletiva.

Se pela forma individual, cada família recebe um lote, preliminarmente demarcado pelo INCRA, com tamanho ou dimensão do módulo rural regional. Em seqüência, os recursos financeiros que vão permitir a arrancada inicial do assentamento, serão liberados pelo PROCERA, o programa de crédito para a Reforma Agrária, na conta individual de cada assentado, cabendo a ele gastar esse dinheiro no seu lote, dentro de uma programação que o próprio INCRA estabelece. Essa forma de assentamento apresenta a vantagem da propriedade individual e exclusiva da terra, mas em compensação apresenta a desvantagem do trabalhador não ter com quem contar na divisão do trabalho, além da mão-de-obra familiar e ainda dispor de competência administrativa, o que é raro, de fazer o dinheiro ser suficiente para custear a infra-estrutura do lote.

Uma vez optando pela forma de exploração coletiva, o primeiro passo dos trabalhadores beneficiados será constituir uma figura jurídica - cooperativa ou associação - num primeiro momento para ser a beneficiada no ato da emissão da posse e em seguida para receber e administrar os recursos do PROCERA. Normalmente, mesmo existindo a cooperativa ou associação, o INCRA libera os recursos do PROCERA em nome dos trabalhadores assentados e estes, em assembléia, decidem transferir o crédito para a entidade que constituíram para agir em seu nome. Vai competir à cooperativa ou associação, uma vez detendo a posse da área total da terra desapropriada, uma vez não sendo tal área subdividida internamente e uma vez captando em sua conta o valor total dos recursos liberados, viabilizar o desenvolvimento econômico, social e político do projeto de assentamento, decidindo, em assembléia de associados, desde o que plantar, quando plantar e onde plantar até a distribuição interna das jornadas de trabalho. Em outros termos vai competir à associação ou cooperativa a decisão política da gestão do dinheiro coletivo, da terra como um todo e a decisão do que o homem assentado no projeto deve fazer ou não fazer, sempre tendo em vista a viabilidade do assentamento.

O assentamento coletivo, gerido na forma associativista, pela divisão social do trabalho e da produção, é o que produz mais resultados positivos na região de estudo, o Noroeste do Paraná. No entanto torna-se, contraditoriamente, a forma menos utilizada por dois fatores principais: porque os trabalhadores são forçados a renunciar à posse individual da terra em benefício da exploração coletiva, esbarrando aí no fator cultural, por sinal muito forte por envolver a questão da renúncia do "meu" em benefício do "nosso"; porque falta aos trabalhadores capacidade de gerenciamento para organizar com espírito de liderança o trabalho coletivo. Diante das barreiras, a opção, via de regra, acaba sendo pelos assentamentos individuais, que não produzem, respeitadas algumas exceções, os

resultados esperados, nem pelo INCRA, nem pelos municípios onde ocorrem os assentamentos, nem por parte dos próprios parceiros assentados.

## ASSENTAMENTO DE PARANACITY

Como opção menos visada, apenas dois assentamentos coletivos foram implantados na região Noroeste do Paraná, um no município de Paranacity e outro no município de Querência do Norte. Esses dois assentamentos, comparativamente às dezenas de assentamentos individuais da mesma região geográfica, são os que melhor resultados apresentam, apesar de apresentarem um maior volume de resistências. O assentamento de Paranacity, objeto principal deste trabalho, completa em julho de 1998, seu quinto ano de implantação e é administrado pela COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória.

Em 1992, uma área de 98.7 alqueires ( 239 hectares ), totalmente coberta por lavouras de cana, localizada há poucos metros do espaço urbano de Paranacity, foi ocupada por um grupo de trabalhadores rurais sem terra vindos, em sua maior parte, das regiões oeste e sudoeste do Paraná. Aí começa a história do assentamento que conta, atualmente, com 18 famílias assentadas embora seja projetado para ter 25. As famílias vivem sob um regime socialista de produção e sob um regime genuinamente capitalista da comercialização do produto colhido e, em parte, industrializado.

O primeiro fato histórico digno de registro foi a desapropriação da área do assentamento há aproximadamente onze anos atrás. O INCRA desapropriou mas a prefeitura do município arrendou a terra para uma usina de álcool, dando início assim, a uma fase litigiosa que só terminou em 1993 com a ocupação por parte dos legítimos beneficiários. O assentamento foi implantado no ano seguinte, mesmo ano em que foi fundada a Cooperativa encarregada de administrar o projeto de Reforma Agrária.

Uma vez implantada a COPAVI, foi elaborado pelos próprios assentados, sob a coordenação da CCA- Cooperativa Central da Reforma Agrária, um estatuto através do qual foram estabelecidas as normas pelas quais o assentamento e/ou os assentados serão regidos. A partir daí, adotou-se então, um sistema de trabalho onde os trabalhadores foram divididos em três setores: o de produção, o de comercialização e o de administração, cada qual subdividido em sub-setores onde os assentados cumprem suas jornadas de trabalho em sistema de rodízio sendo respeitadas as afinidades de cada um.

O trabalhador que cumprir todas as funções a ele atribuídas, recebe no final do mês, uma remuneração calculada levando em conta o faturamento da Cooperativa, já descontadas as despesas, dividido pelo volume de horas trabalhadas e novamente divididas pelo número de trabalhadores. Quem faltar sem justificativa, tem o desconto em dobro, no mês seguinte, das horas que deixou de cumprir no mês corrente.

Os assentados recebem assistência agrônômica, assistência médico-dentária e ambulatorial. Das três refeições diárias ( café da manhã, almoço e jantar ), duas são feitas no refeitório coletivo ( café da manhã e almoço ), sendo que para a refeição que, segundo normas internas, deve ser feita em família ( o jantar ), cada um recebe uma cesta básica com os produtos cultivados no próprio assentamento, incluindo verduras, frutas, legumes, carnes e leite.

Somando o que recebem na forma de refeição pronta, o que recebem na forma de gêneros "in natura" e o que recebem na forma monetária, a renda média familiar gira em torno de três salários mínimos mensais, o que é razoável para um trabalhador rural que não paga aluguel, nem água, nem energia elétrica e mora com relativo conforto e segurança. A meta da Cooperativa, contudo, é elevar a renda para cinco salários e em seguida para algo próximo de dez salários, dependendo, para isso, de liquidar os empréstimos feitos para a construção da infra-estrutura do assentamento.

Esta infra-estrutura, compreende, atualmente, em termos de produção de matérias primas, uma horta bem estruturada e com sistema de irrigação, um setor para bovinos, principalmente gado leiteiro, incluindo ordenhadeira mecânica, um setor para suínos incluindo maternidade, e lavouras diversificadas com destaque ao cultivo de café pelo sistema adensado.

As matérias primas vão sustentar setores de transformação de produtos à base agrícola e animal. Existem no assentamento um abatedouro de aves, uma usina de leite e respectivo empacotamento, uma pequena fábrica de frutas cristalizadas e outra para produção de doces.

Toda a produção industrializada ou "in natura" é comercializada diariamente na própria cidade de Paranacity e diretamente levada aos consumidores. Uma Kombi vai de porta em porta oferecer os produtos da Cooperativa que, assim, evita a ação de intermediários e consegue agregar maiores lucros para os associados.

## PERFIL DO ASSENTADO

Para se filiar à Cooperativa e conseqüentemente participar dos resultados econômicos e sociais do assentamento, o produtor rural deve submeter-se a um trabalho de preparação que inclui um estágio de seis meses. Neste período, nos primeiros três meses o mesmo é submetido a uma avaliação quanto ao desempenho de sua capacidade de trabalho e quanto a sua disposição em aceitar e participar das normas do sistema cooperativista aplicadas a um assentamento rural coletivo; nos três meses seguintes, o mesmo pode solicitar sua filiação, dependendo ainda de aprovação, a qual deverá ocorrer mediante decisão de maioria em assembléia geral de associados.

Através de levantamentos realizados entre os meses de fevereiro e março de 98, com dezessete das dezoito famílias assentadas, pode-se constatar alguns fatores os quais contribuem de maneira relevante para o sucesso, até então alcançado, no assentamento em questão.

Em relação à tradição agrícola, quatorze famílias possuem sua origem na lavoura, sendo que destas, onze possuem mais de dez anos de atividade no campo.

A grande maioria das famílias, mais precisamente doze delas estiveram acampadas no período anterior ao assentamento, tendo algumas inclusive, filhos que nasceram sob o teto de lona nos acampamentos e hoje possuem idade escolar, o que significa dizer que, estiveram acampadas por mais de cinco anos.

Em se tratando do titular do lote, geralmente o chefe da família, em sua grande maioria possui idade entre 30 e 50 anos e menos de três filhos, o que chega a ser um fato curioso, uma vez que até bem pouco tempo, as famílias dos trabalhadores rurais eram tradicionalmente compostas por um grande número de filhos.

Este fato está associado a conscientização dos agricultores quanto ao fato de que a quantidade de filhos pode implicar na perda de qualidade na sua formação. Muito provavelmente esta tomada de consciência dos assentados está atrelada ao fato de que os mesmos têm buscado atingir um nível maior de instrução, uma vez que muitos deles voltaram a estudar e praticamente todos estão envolvidos, de maneira direta ou indireta, com entidades e/ou movimentos representativos como o MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igreja e até mesmo com partidos políticos.

As condições de vida dos assentados têm melhorado visivelmente, em relação às suas vidas enquanto assentados. As casas são, em sua maioria, de alvenaria, cobertas com telhas de barro. Todas possuem água encanada e energia elétrica, o que facilita a aquisição de eletrodomésticos, pois um relativo número de assentados possuem televisão, chuveiro, geladeira, ferro elétrico, ventilador, liquidificador, dentre outros.

As condições de vida dos assentados são conseguidas em função do trabalho do chefe de família e da esposa. O trabalho da mulher no assentamento é absorvido basicamente na criação de pequenos animais, horta, industrialização e empacotamento de leite e outros serviços ( refeitório, abatedouro, etc.). Das crianças apenas duas exercem trabalhos leves, enquanto a maioria apenas frequenta a escola.

No que se refere a escolaridade, o levantamento apurou que a maioria dos assentados pretendem iniciar ou completar seus estudos, seguindo desta forma a tendência manifestada em relação aos filhos. Entre os assentados um possui curso superior incompleto, um o segundo grau incompleto, sete possuem o primeiro grau completo, enquanto os demais, ou não completaram o primeiro grau ou nunca frequentaram a escola.

## SOCIAL DIVISION OF LABOR: A BRIEF PARALLEL BETWEEN THE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi citado no início, o objetivo do presente trabalho é provocar algumas reflexões em torno da Reforma Agrária no Paraná, tendo como referências a opção dos beneficiários quanto a serem assentados em projetos individuais ou coletivos e a situação sócio-econômica de um assentamento coletivo, no caso o localizado em Paranacity.

Deve ser salientado que o trabalho constitui parte de um projeto de pesquisa que envolve outras variáveis e no caso dos assentamentos outros projetos localizados na região Noroeste do Paraná. O que se pretendeu neste trabalho foi levar ao conhecimento acadêmico, sempre procurando reflexões, meios de entender algumas situações particularizadas e não conclusivas, tendo em vista que o projeto em questão está ainda em andamento com término previsto para o ano de 1999.